



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PROJETO DE LEI Nº. 8.035/2010 (Do Executivo)

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se à meta 20 do Anexo do PL 8035/2010 a estratégia 20.7.

“ Meta 20.....

Estratégias:

20.1).....

20.2).....

20.3).....

20.4).....

20.5).....

20.6).....

20.7) Realizar, no prazo de um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação, estudos sobre o custo por aluno transportado, para subsidiar os convênios de cooperação entre os entes federados e a contratação do serviço de transporte escolar com terceiros.”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Apesar da Lei Federal nº. 10.709/2003 estabelecer claramente a obrigatoriedade de Estados e Municípios com o transporte dos alunos de suas redes de ensino, o que ocorre, na prática, é que a grande maioria dos Municípios transporta, além de seus próprios alunos, os estudantes das redes estaduais.

No entanto, a transferência de responsabilidades dos Estados aos Municípios nem sempre ocorre juntamente com o repasse de recursos para atendimento da demanda. Além disso, muitas vezes, os valores repassados pelos Estados, por meio de convênios, não correspondem ao custo real dessa despesa. De acordo com levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), os convênios firmados entre Estados e Municípios cobrem, em média, apenas 30% do custo do transporte escolar.

Até mesmo no que diz respeito ao aporte de recursos da União para o financiamento do transporte a realidade vivida pelos Municípios é de grandes dificuldades. Conforme cálculo da CNM, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que tem como objetivo destinar recursos para a manutenção do transporte escolar dos alunos das áreas rurais, cobre, em média, apenas 15,2% do custo que os Municípios têm na oferta desse serviço.

Diante dessa realidade financeira, por diversas vezes é noticiada a precariedade e a falta de qualidade do transporte escolar oferecido aos alunos da rede pública, e na maioria das vezes, somente os Municípios são responsabilizados pelas más condições encontradas.

No entanto, como a oferta do ensino e as garantias de acesso à educação, de acordo com a Constituição da República, deve se dar em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, é preciso que os três entes participem, na mesma proporção, do financiamento do transporte escolar.

O levantamento sobre o custo aluno do transporte escolar já é uma demanda antiga dos Municípios. Desde 2007, quando foi instalado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre o Transporte Escolar, e posteriormente, com a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

criação do Grupo de Trabalho Permanente do Transporte Escolar (GTP-TE), no âmbito do Ministério da Educação, a CNM, em defesa dos Municípios brasileiros, tem ressaltado a importância da realização desse estudo. O GTP-TE inclusive já definiu os parâmetros para a realização da pesquisa nacional de levantamento do custo aluno, e em 2010 teve início um pesquisa piloto sobre a situação e custo do transporte no país. Mas, até o momento não se têm notícias sobre o andamento e os resultados dessa pesquisa.

Com o levantamento sobre o custo por aluno transportado, é possível mensurar qual a real necessidade de recursos para garantir a oferta desse serviço, o que irá subsidiar os convênios firmados entre os entes federados, e até mesmo a contratação de serviços terceirizados.

Assim, justifica-se a apresentação dessa emenda.

Sala da Comissão, 01 de junho de 2011.

Deputado **MANOEL JUNIOR - PMDB-PB**